

Art. 1º Fica RETIFICADO no item 12 do Edital de Abertura C-207, com a EXCLUSÃO da alínea "g", do subitem 12.9.

Art. 2º Fica RETIFICADO a alínea "I", do subitem 14.5, do Edital de Abertura C-207, referente ao exame antidrogas, conforme segue:

Onde se lê:

I - Em caso de resultado positivo para uma ou mais substâncias entorpecentes ilícitas, o candidato será considerado INAPTO. O resultado do exame para detecção do uso de drogas ilícitas ficará restrito à Banca Examinadora do Instituto AOCF, que obedecerá ao que prescreve a norma referente à salvaguarda de documentos classificados, sob pena de responsabilidades, conforme legislação vigente.

Leia-se:

I - Em caso de resultado positivo para uma ou mais das seguintes substâncias entorpecentes elencadas na Lista F - Lista de Substâncias de Uso Proscrito no Brasil da Portaria Anvisa nº 344, de 12 de maio de 1998, o candidato será considerado INAPTO. O resultado do exame para detecção do uso de drogas ilícitas ficará restrito à Banca Examinadora do Instituto AOCF, que obedecerá ao que prescreve a norma referente à salvaguarda de documentos classificados, sob pena de responsabilidades, conforme legislação vigente.

Art. 3º Fica ACRESCIDO o subitem 14.11 do Edital de Abertura C-207, referente a perícia médica para candidatos PcD, conforme segue:

14.11 O candidato inscrito como pessoa com deficiência passará por Perícia médica, com a finalidade de verificar se a deficiência se enquadra na previsão do art. 4º do Decreto nº 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.926/04.

Art. 4º Fica RETIFICADO o conteúdo de Noções de Direito Administrativo, no Anexo II - Conteúdo Programático do Edital de Abertura C-207, conforme segue:

Onde se lê:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E COMUNS A TODOS OS CARGOS

Noções de Direito Administrativo: 1. Noção de organização administrativa. 1.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 1.2 Administração direta e indireta. 1.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista; 2. Ato administrativo. 2.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; 3. Agente público. 3.1 Legislação pertinente. 3.1.2 Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Pará (Lei Complementar nº 022/1994 e alterações); 3.1.3 Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará - Lei 5.810/1994 e suas alterações; 3.1.4 Disposições constitucionais aplicáveis; 4. Poderes administrativos. 4.1. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 4.2 Uso e abuso do poder; 5. Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93 e alterações). 5.1 Princípios. 5.2 Contratação direta, dispensa e inexigibilidade. 5.3 Modalidades, tipos e procedimentos; 6. Controle da administração pública. 6.1 Controle judicial. 6.2 Controle legislativo; 7. Responsabilidade civil do Estado. 7.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.2 Responsabilidade por omissão do Estado. 7.3 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 8. Lei Estadual nº 8.972/2020 (processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará)

Leia-se:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E COMUNS A TODOS OS CARGOS

Noções de Direito Administrativo: 1. Noção de organização administrativa. 1.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 1.2 Administração direta e indireta. 1.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista; 2. Ato administrativo. 2.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; 3. Agente público. 3.1 Legislação pertinente. 3.1.2 Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Pará (Lei Complementar nº 022/1994 e alterações); 3.1.3 Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará - Lei 5.810/1994 e suas alterações. 3.1.3. Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.810/1994 e alterações); 3.1.4 Disposições constitucionais aplicáveis; 4. Poderes administrativos. 4.1. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 4.2 Uso e abuso do poder; 5. Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93 e alterações). 5.1 Princípios. 5.2 Contratação direta, dispensa e inexigibilidade. 5.3 Modalidades, tipos e procedimentos; 6. Controle da administração pública. 6.1 Controle judicial. 6.2 Controle legislativo; 7. Responsabilidade civil do Estado. 7.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.2 Responsabilidade por omissão do Estado. 7.3 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 8. Lei Estadual nº 8.972/2020 (processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará).

Art. 5º Este termo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Belém, 08 de fevereiro de 2021.

HANA SAMPAIO GHASSAN

Secretária de Estado de Planejamento e Administração

WALTER RESENDE DE ALMEIDA

Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Pará

Protocolo: 626092

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO**

**SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ - PCPA
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE NÍVEL
SUPERIOR DA CARREIRA POLICIAL DE DELEGADO
DE POLÍCIA CIVIL - DPC
CONCURSO PÚBLICO C - 206**

**EDITAL Nº 06/2021-SEPLAD/PCPA, 08 DE FEVEREIRO DE 2021
3ª RETIFICAÇÃO**

EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO C-206

A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SEPLAD e a POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ - PCPA, no uso das atribuições legais, tornam público a 3ª Retificação do Edital de Abertura C-206, para provimento de vagas em cargos de nível superior da Carreira de Delegado de Polícia Civil - DPC, conforme segue:

Art. 1º Fica RETIFICADO o subitem 12.2, do Edital de Abertura C-206, referente a Peça Processual, conforme segue:

12.2 A Peça Processual, cujo objeto será a matéria constante no Anexo II, dos Conteúdos Programáticos, em Conhecimentos Específicos do cargo de Delegado consistirá na elaboração de 01 (uma) peça processual.

12.2 A Peça Processual, cujo objeto será a matéria constante no Anexo II, dos Conteúdos Programáticos, em Conhecimentos Específicos do cargo de Delegado consistirá na elaboração de 01 (uma) peça processual. O material de uso/apoio permitido na prova prática processual será fornecido pelo Instituto AOCF, por meio de excertos de legislação, os quais estarão disponíveis no final do caderno de prova.

Art. 2º Fica RETIFICADO a alínea "I", do subitem 14.5, do Edital de Abertura C-206, referente ao exame antidrogas, conforme segue:

Onde se lê:

I - Em caso de resultado positivo para uma ou mais substâncias entorpecentes ilícitas, o candidato será considerado INAPTO. O resultado do exame para detecção do uso de drogas ilícitas ficará restrito à Banca Examinadora do Instituto AOCF, que obedecerá ao que prescreve a norma referente à salvaguarda de documentos classificados, sob pena de responsabilidades, conforme legislação vigente.

Leia-se:

I - Em caso de resultado positivo para uma ou mais das seguintes substâncias entorpecentes elencadas na Lista F - Lista de Substâncias de Uso Proscrito no Brasil da Portaria Anvisa nº 344, de 12 de maio de 1998, o candidato será considerado INAPTO. O resultado do exame para detecção do uso de drogas ilícitas ficará restrito à Banca Examinadora do Instituto AOCF, que obedecerá ao que prescreve a norma referente à salvaguarda de documentos classificados, sob pena de responsabilidades, conforme legislação vigente.

Art. 3º Fica ACRESCIDO o subitem 14.11, no Edital de Abertura C-206, referente a perícia médica para candidatos PcD, conforme segue:

14.11 O candidato inscrito como pessoa com deficiência passará por Perícia médica, com a finalidade de verificar se a deficiência se enquadra na previsão do art. 4º do Decreto nº 3.298/99, alterado pelo Decreto nº 5.926/04.

Art. 4º Fica RETIFICADO o conteúdo de Direito Administrativo, no Anexo II - Conteúdo Programático do Edital de Abertura C-206, conforme segue:

Onde se lê:

CARGO 401: DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL (DPC)

Direito Administrativo: 1. Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios. 2. Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios. 3. Organização administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração; organização administrativa da União; administração direta e indireta. 4. Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; regime jurídico único: provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa. 5. Poderes administrativos: poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder. 6. Ato administrativo: conceito; requisitos, perfeição, validade, eficácia; atributos; extinção, desfazimento e sanatória; classificação, espécies e exteriorização; vinculação e discricionariedade. Intervenção do Estado na propriedade privada 7. Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle; forma, meios e requisitos; delegação; concessão, permissão, autorização. 8. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado. 9. Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93 e alterações). Lei Estadual nº 6.474/02 (pregão). Decreto Estadual nº 2.069/2006, (pregão eletrônico). 10. Lei Estadual nº 8.972/2020 (processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará). 11. Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.810/1994 e alterações). 12. Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Pará (Lei Complementar nº 022/1994 e alterações).

Leia-se:

CARGO 401: DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL (DPC)

Direito Administrativo: 1. Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios. 2. Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios. 3. Organização administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração; organização administrativa da União; administração direta e indireta. 4. Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e

prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; regime jurídico único: provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa. 5. Poderes administrativos: poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder. 6. Ato administrativo: conceito; requisitos, perfeição, validade, eficácia; atributos; extinção, desfazimento e sanatória; classificação, espécies e exteriorização; vinculação e discricionariedade. Intervenção do Estado na propriedade privada 7. Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle; forma, meios e requisitos; delegação: concessão, permissão, autorização. 8. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado. 9. Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93 e alterações). Lei Estadual nº 6.474/02 (pregão). Decreto Estadual nº 2.069/2006 Decreto Estadual nº 534/2020 (pregão eletrônico). 10. Lei Estadual nº 8.972/2020 (processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará). 11. Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.810/1994 e alterações). 12. Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Pará (Lei Complementar nº 022/1994 e alterações).
Art. 5º Fica RETIFICADO o Anexo II – Conteúdo Programático do Edital de Abertura C-206, com a definição dos conteúdos de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos.
Art. 6º Este termo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Belém, 08 de fevereiro de 2021

HANA SAMPAIO GHASSAN

Secretária de Estado de Planejamento e Administração

WALTER RESENDE DE ALMEIDA

Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Pará

Protocolo: 626093

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E

ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD)

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SEAP)

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO

DE CARGO DE AGENTE PRISIONAL

CONCURSO PÚBLICO C – 199

EDITAL Nº 105/2021 – SEPLAD/SEAP,

08 DE FEVEREIRO DE 2021

HOMOLOGAÇÃO DA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO –

SUB JUDICE

A Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD a Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP, no uso das atribuições legais, tornam pública a **homologação da matrícula no Curso de Formação** da candidato *sub judice* **LUCIANO POLLÍ**, inscrição nº 599014566, cargo Agente Prisional – Região Baixo Amazonas, conforme os termos do Edital nº 94/2020, do Concurso Público C-199.

1. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 08 de fevereiro de 2021.

HANA SAMPAIO GHASSAN

Secretária de Estado de Planejamento e Administração

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 626094

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PORTARIA

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 108 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021

REMOVER, a pedido a servidora FRANCINETE SOARES DOS SANTOS, Digtador, Id Func nº 5118670/1, da Célula de Controle e Cobrança de Dívida Ativa/DAIF para a Unidade de Execução de Controle de Mercadorias em Trânsito do Araguaia/CECOMT-Araguaia.

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 114 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021

CONCEDER ao servidor SALIM BECHARA RESQUE FILHO, Agente de Portaria, Id Func nº 5108691/1, lotado na CERAT de Marituba, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 18/02/2021 a 19/03/2021, correspondentes ao triênio de 10/11/2004 a 09/11/2007.

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 112 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021

CONCEDER à servidora IOANE CATERINA COSTA DE SOUZA, Técnico em Gestão Pública, Id Func nº 5596246/1, lotada na CERAT de Castanhal, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 16/02/2021 a 17/03/2021, correspondentes ao triênio de 31/01/2009 a 30/01/2012.

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 116 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021

CONCEDER à servidora JEANETE DE JESUS SOUZA, Agente de Serviço, Id Func nº 5052629/2, lotada na Escola Fazendária, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 01/03/2021 a 30/03/2021, correspondentes ao triênio de 01/08/2015 a 31/07/2018.

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 117 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021

CONCEDER ao servidor ANTONIO CARLOS AMIN DE MOURA, Auditor Fiscal de Receitas, Id Func nº 5280397/1, lotado na CECOMT, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 18/02/2021 a 19/03/2021, correspondentes ao triênio de 22/04/2010 a 21/04/2013.

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 125 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021

CONCEDER à servidora TANIA GOMES PEREIRA BRAGA, Assistente Administrativo, Id Func nº 5156483/1, lotada na Coordenação de Assuntos Fazendários Estratégicos, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 11/01/2021 a 09/02/2021, correspondentes ao triênio de 26/10/2002 a 25/10/2005.

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 119 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021

CONCEDER à servidora ALDALEA LUCIA CRAVO CARNEIRO, Técnico, Id Func nº 3249425/1, lotada na Diretoria de Arrecadação e Informações Fazendárias, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 05/02/2021 a 06/03/2021, correspondentes ao triênio de 10/07/2012 a 09/07/2015.

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 115 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021

CONCEDER à servidora IRENE RAIOL DOS SANTOS, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, Id Func nº 5570280/1, lotada na Célula de Planejamento Monitoramento e Estudos Técnico de Fiscalização, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 10/03/2021 a 08/04/2021, correspondentes ao triênio de 26/11/2014 a 25/11/2017.

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 118 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021

CONCEDER ao servidor ANTONIO CARLOS DOS SANTOS PINTO, Técnico em Gestão Pública, Id Func nº 4049/1, lotado na Célula de Gestão de Pessoas/DAD, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 01/02/2021 a 02/03/2021, correspondentes ao triênio de 15/06/2016 a 14/06/2019.

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 113 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021

CONCEDER ao servidor PAULO FERNANDO PANTOJA DE OLIVEIRA, Assistente Administrativo, Id Func nº 3251705/1, lotado na Célula de Gestão de Recursos Financeiros, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 01/02/2021 a 02/03/2021, correspondentes ao triênio de 16/06/2004 a 15/06/2007.

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 126 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2021

CONCEDER ao servidor FRANCISCO JOSÉ RIBEIRO LEAL, Fiscal de Receitas Estaduais, Id Func nº 3247058/2, lotado na CECOMT do Gurupi, 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, no período de 30/01/2021 a 30/03/2021, correspondentes ao triênio de 01/08/2008 a 31/07/2011.

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021

CONCEDER ao servidor RAIMUNDO NONATO SANTOS PEGADO, Fiscal de Receitas Estaduais, Id Func nº 14010/2, lotado na CEEAT de Micro e Pequenas Empresas, 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, no período de 05/03/2021 a 03/05/2021, correspondentes ao triênio de 01/12/2012 a 30/11/2015.

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 018 de 04 de fevereiro de 2021

DESIGNAR, o servidor JORGE LUIS PIRES ASSUMPCÃO, matrícula nº 57232147/1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Gerencia de Benefícios Sociais para responder pela Gerencia de Análise Técnica, código GEP-DAS-011.3, por ocasião das férias da titular, Kézia Ra-faely Bravos Pancieri, matrícula nº 5946464/1, no período de 29/12/2020 a 26/01/2021.

A presente Portaria retroagirá a partir do dia 29 de dezembro de 2020.

BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA

Presidente

Protocolo: 625903

ERRATA

Errata da PORTARIA Nº 004 de 11/01/2021, Publicada no DOE nº 34.461 de 15/01/2021, concedeu férias a servidora Ana Cristina de Arruda Leão, matrícula nº 57195341/2.

Onde se ler: Período concessivo 17.02.2021 a 18.03.2021

Leia-se: Período concessivo, 15.02.2021 a 16.03.2021.

ANÍZIO BESTENE JÚNIOR

Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 625940